

Brasília, a melhor cidade

» IBANEIS ROCHA
Governador do Distrito Federal

Deu em todos os veículos de comunicação: Brasília, considerando todo o Distrito Federal, é, disparada, a cidade que oferece a melhor qualidade de vida do país. Dito por quem? Por uma organização que realiza pesquisas globais a partir de indicadores sociais e econômicos, a International Parts Service (IPS), portanto, entidade insuspeita, no momento em que o bem-estar da população passou a ocupar o centro dos debates em todo o mundo.

Qualidade de vida é a revolução do momento. E uma notícia dessa, em julho, é quase como um presente de Natal antecipado à população do DF, que tem sido vitoriosa em todas as batalhas que enfrentou. Está definitivamente provado que aqui vive um povo que já nasce com o valor de ser de vanguarda.

É merecedor de nota que, na avaliação realizada durante todo o estudo, o IPS tenha dado ênfase ao impacto dos recursos que são aplicados em infraestrutura na vida das pessoas. Uma preocupação que se vê em cada obra que temos realizado, as já entregues e as que estão por vir, interligando de forma mais humana um conglomerado urbano que desponta como o terceiro maior do país, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro.

Cada uma dessas obras atende a sugestões da própria comunidade, na maioria das vezes são correções necessárias ao projeto original, tendo em vista a dinâmica própria de uma cidade em constante crescimento. Sem falar no alcance social de cada uma dessas obras, nos empregos que elas impulsionam, na dinâmica da mobilidade e na visível melhoria da

qualidade de vida da população.

Ao mesmo tempo, nos chega a notícia do resultado de um trabalho do Instituto Trata Brasil revelando que está também no DF o melhor índice nacional de água potável e esgoto para atender à população. Atrás ficam Paraná e São Paulo. Com 92,30% de alcance no saneamento básico, nossa capital é diferencial em um país em que, infelizmente, 90 milhões de pessoas sofrem com a falta de coleta de esgoto.

Importante lembrar que, também este ano, o jornal norte-americano *The New York Times* elegeu Brasília como única cidade brasileira no ranking dos melhores destinos do mundo, tendo por base o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ao que tudo indica, em 2024, quebraremos todos os recordes, mas nada disso cai do céu. É resultado de políticas públicas que contemplam os anseios da sociedade e que permitiram ao DF criar a maior rede de proteção social do Brasil.

Quem já viu uma proparlada “maior favela” do Brasil, o Sol Nascente, se transformar numa pujante comunidade progressista em tão pouco tempo? Pergunte a quem já esteve lá. E que se surpreendeu com infraestrutura, saneamento básico, restaurante comunitário, transporte, esgoto e água potável próximos a atingir os 100% de atendimento, entre outras melhorias. Que favela?

Nada menos do que 53 indicadores foram aplicados na pesquisa do IPS, envolvendo três grandes áreas: necessidades humanas básicas (alimentação, saneamento, segurança), fundamentos de bem-estar (saúde, educação e meio ambiente), além de inclusão social, proteção

aos direitos individuais, entre outros, utilizando o banco de dados de órgãos como ministérios da Saúde e Cidadania, Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), Instituto Nacional de Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e outros.

Quem percorre o DF logo percebe que, sob qualquer ponto de vista, há um governo que busca inovar, melhorar, fazer diferente. Há críticas à administração, por óbvio, mas não no sentido de que há omissão. Ao contrário. Muitas vezes, por desinformação, atacam-se ações do governo onde é proibido ficar parado. Pois digo: para um governante, é melhor ser criticado pelo que fez do que pelo que não fez.

A pesquisa, enfim, reflete o esforço de um governo que tomou como missão o trabalho de continuar a modernizar o DF, promover mais eficiência à máquina pública e atender aos mais vulneráveis. Em seu conjunto, a dimensão e a escala dos investimentos feitos nos últimos anos passam a ser os orientadores básicos do processo de desenvolvimento sustentável e competitivo de cada região administrativa.

Uma grande poetisa brasileira, Cecília Meireles, escrevendo certa vez sobre Brasília, disse que Oscar Niemeyer e Lúcio Costa não pensaram em construir beleza, pois seria fácil demais. Eles ergueram o espanto deles e deixaram o espanto inexplicado. Pois bem. Decorridos 64 anos, creio que estamos finalmente compreendendo o sentido da obra: unir e ensinar um povo a sonhar junto.

A tragédia gaúcha como farsa

» MARCEL BURSZTYN
» SAULO RODRIGUES FILHO

Professores do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB e membros da Rede Brasileira de Estudos sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede Clima)

Apesar de inúmeras tragédias humanas e perdas materiais, a sucessão de eventos climáticos extremos que têm se abatido sobre diferentes territórios no Brasil parece não ser suficiente para sensibilizar os decisores públicos e os predadores do meio ambiente. Muito pouco ou quase nada tem sido feito para evitar os dramáticos efeitos das mudanças climáticas.

Temos sido testemunhas passivas de enchentes e deslizamentos no Rio de Janeiro, em São Paulo e Santa Catarina, na Zona da Mata nordestina e no próprio Rio Grande do Sul. Tivemos secas históricas na Amazônia e na Caatinga. Esses eventos extremos têm se repetido cada vez mais intensamente e em intervalos mais curtos. Parece que o longo prazo está cada vez mais curto, já que os cenários apresentados pelos cientistas estão se manifestando antes mesmo da época em que se previa que ocorreriam.

Não é por falta de advertência... A ciência do clima avançou muito nas últimas décadas, graças à combinação de novas técnicas e informações disponíveis, que permitem a elaboração de modelos de simulação e previsão mais precisos e confiáveis.

Devemos lembrar que, desde os primórdios dos grandes alertas ambientais da segunda metade do século 20, a ciência tem lançado foco sobre riscos inerentes ao nosso modelo de produção. Este se apoia em pilares como as tecnologias que tratam a natureza apenas como provedora de recursos, sem considerar o seu importante papel regulador de serviços ambientais, o consumismo como fator de propulsão da economia e o desperdício (de matérias-primas e energia) como consequência desse modelo.

Quando um fazendeiro desmata grandes glebas de floresta para extrair rendimento monetário no curto prazo, ele parece considerar que seus vizinhos não farão o mesmo. O raciocínio é que consequências negativas de padrões de uso dos recursos naturais só virão num futuro tão distante que, até lá, já não nos afetará, pois alguma solução será encontrada. O resultado do descaso com o futuro é inevitável, e, obviamente, um desequilíbrio da função reguladora do clima, que é exercida pela floresta, pelo regime de chuvas, pela dinâmica dos oceanos. Na verdade, esse tipo de comportamento individual leva a uma tragédia coletiva.

Mas como agora se trata de crônica de uma tragédia recorrente, prevista e anunciada, vale a frase de Marx formulada há uns 180 anos: “A história se repete, a primeira vez como tragédia, e a segunda, como farsa”. Não se pode dizer que não houve alerta. Faltou — e falta — entendimento de que, ainda que a ação de cada um seja uma pequena gota no oceano nas perturbações impostas à natureza, a soma de todas as ações gera um transbordamento, literalmente. Faltou — e falta também — vontade e determinação política. Regular a relação entre os humanos e o meio natural não pode ser simplesmente algo a ser esperado do bom senso de cada um. Bom senso é um componente necessário, mas longe de ser suficiente. O poder público e a sociedade civil organizada devem ser os grandes guardiões na proteção contra desastres e tragédias.

O cálculo econômico e político dos decisores, em que prevalece uma irresponsável descon sideração dos riscos às pessoas e às infraestruturas, não pode mais prevalecer sobre a razão, a previdência e a responsabilização. O tempo da política é curto (em geral, ciclos de quatro anos). O tempo das pessoas é muito mais longo. E o tempo da natureza é imenso. Isso significa que, quando políticos saem de cena, o ônus das perdas permanece sobre aqueles que os elegeram e, também, sobre os seus descendentes; e a resiliência dos serviços prestados pela natureza pode estar ultrapassando pontos de não retorno.

Enquanto os regramentos forem apenas proforma, estaremos cada vez mais diante da farsa: uns fingem que cumprem seu papel, outros fingem que tudo está sob controle e que o dano que causam é mínimo, já que os vizinhos não agirão da mesma forma; e os problemas que aconteceriam lá no futuro remoto já estão batendo em nossas portas.

A pergunta que não quer calar é: quando nossos governantes e a sociedade entenderão que é muito mais razoável investir na prevenção da crise climática do que arcar com o custo de suas consequências?



Educação: republicanos X democratas

» OTAVIANO HELENE

Professor do Instituto de Física da USP. Foi presidente do Inep e da Associação dos Docentes da USP

Em alguns aspectos, as diferenças entre os partidos Democrata e Republicano dos EUA são muito pequenas. Entretanto, nas políticas sociais, não ocorre o mesmo.

Vejam a educação. Em programas de comparação internacional de estudantes, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), os EUA ficam em uma posição relativa muito abaixo da esperada considerando seu PIB per capita. Alguns indicadores educacionais colocam os EUA em posição próxima daquela ocupada nos países bastante pobres.

Um outro aspecto daquele país que o coloca em uma posição bastante atípica é quanto ao ensino superior. Embora ele seja majoritariamente público, apresenta uma taxa de privatização mais elevada do que aquela que se observa tipicamente nos países mais avançados. Mas uma característica realmente marcante dos EUA é o fato de que, lá, o ensino superior público não é gratuito, e as anuidades cobradas são bastante altas, situação bem diferente daquela tipicamente observada nos países avançados.

Como republicanos e democratas respondem a essas questões? O Partido Republicano defende a não estabilidade de professores. Por exemplo, o atual candidato à Casa Branca entende que a educação está tomada por “maníacos radicais de

esquerda”, e isso deve acabar; daí, talvez, a necessidade de se acabar com a estabilidade dos docentes.

Democratas, por sua vez, reconhecem a importância da estabilidade de professores e da participação de educadores, pais, líderes comunitários e estudantes na definição dos projetos educacionais, bem como uma melhor remuneração aos professores.

Sobre o financiamento, republicanos entendem que a ajuda federal destinada à educação e à saúde de crianças de famílias de baixa renda deve ser eliminada. Outras propostas, ainda, são transformar despesas públicas em educação em vouchers (vales) que podem ser usados para pagamento de escolas privadas e fechar a secretaria (equivalente a ministério no Brasil) de educação.

O Partido Democrata, por seu lado, afirma, em seus documentos, que educação não é mercadoria e que todas as crianças e jovens devem ter acesso ao ensino público de qualidade. As desigualdades educacionais, muito grandes nos EUA, devem ser enfrentadas por meio de ajudas do governo federal voltadas às crianças e aos jovens dos segmentos mais desfavorecidos.

Republicanos apoiam o ensino domiciliar, inclusive subsidiando-o com recursos públicos. Democratas, por outro lado, reconhecem a importância do ensino presencial, fato que ficou bastante

evidente quando, por causa dos confinamentos provocados pela covid-19, ele foi muito restringido.

Tanto lá quanto aqui, outras pautas invadem o espaço educacional. Democratas repudiam a proposta de que professores usem armas nas escolas, um ponto defendido por republicanos. Segundo estes últimos, as escolas também devem promover os “valores ocidentais”, enquanto democratas entendem que todas as crianças e jovens devam ser tratados da mesma forma, independentemente de suas origens nacionais, status legal nos EUA, sexo, identidade de gênero, religião e de outras características pessoais.

Um ponto importante a diferenciar os dois partidos é quanto ao financiamento do ensino superior. As atuais propostas do Partido Democrata são mais modestas do que as defendidas por Bernie Sanders quando pré-candidato: de eliminação da cobrança; elas apenas incluem a redução das dívidas estudantis e dos juros dos empréstimos públicos. A proposta do Partido Republicano para enfrentar a mesma questão é promover escolas mais baratas.

Lá como aqui, o entendimento do papel da educação escolar varia bastante segundo a orientação partidária ou ideológica e extrapola a questão apenas educacional. Se em alguns aspectos externos as diferenças entre os dois partidos possam ser muito pequenas, internamente, não são.